

ALGODÃO – Melhoram as perspectivas

Na região meridional do país, já há interesse, nesta época do ano, pela próxima safra algodoeira, de vez que se acerca a fase do plantio. No Nordeste, dentro de mais um mês terá início a nova colheita, que não será das melhores, em virtude da seca que tem assolado grandes áreas da Região. Anuncia-se ser a produção nacional da safra de 1959, não obstante a quebra no Nordeste, cerca de 50 a 60% mais elevada que a presente no mercado. Admite-se que a colheita do ano vindouro se aproximará de 450 mil t, o que dará para atender as 240 mil t consumidas pelo mercado interno e deixar um excedente exportável da ordem de 200 mil t.

Estas previsões são sobremaneira animadoras, notadamente quando se sabe que nas três últimas safras a produção algodoeira se mostrou sensivelmente reduzida. A colheita que está sendo negociada não ultrapassará 300 mil t: cerca de 186 mil t na Região Sul e mais ou menos 100 mil t no Norte. Considerando as necessidades do consumo nacional, as disponi-

bilidades exportáveis deste ano não vão além de 50 mil t.

* * *

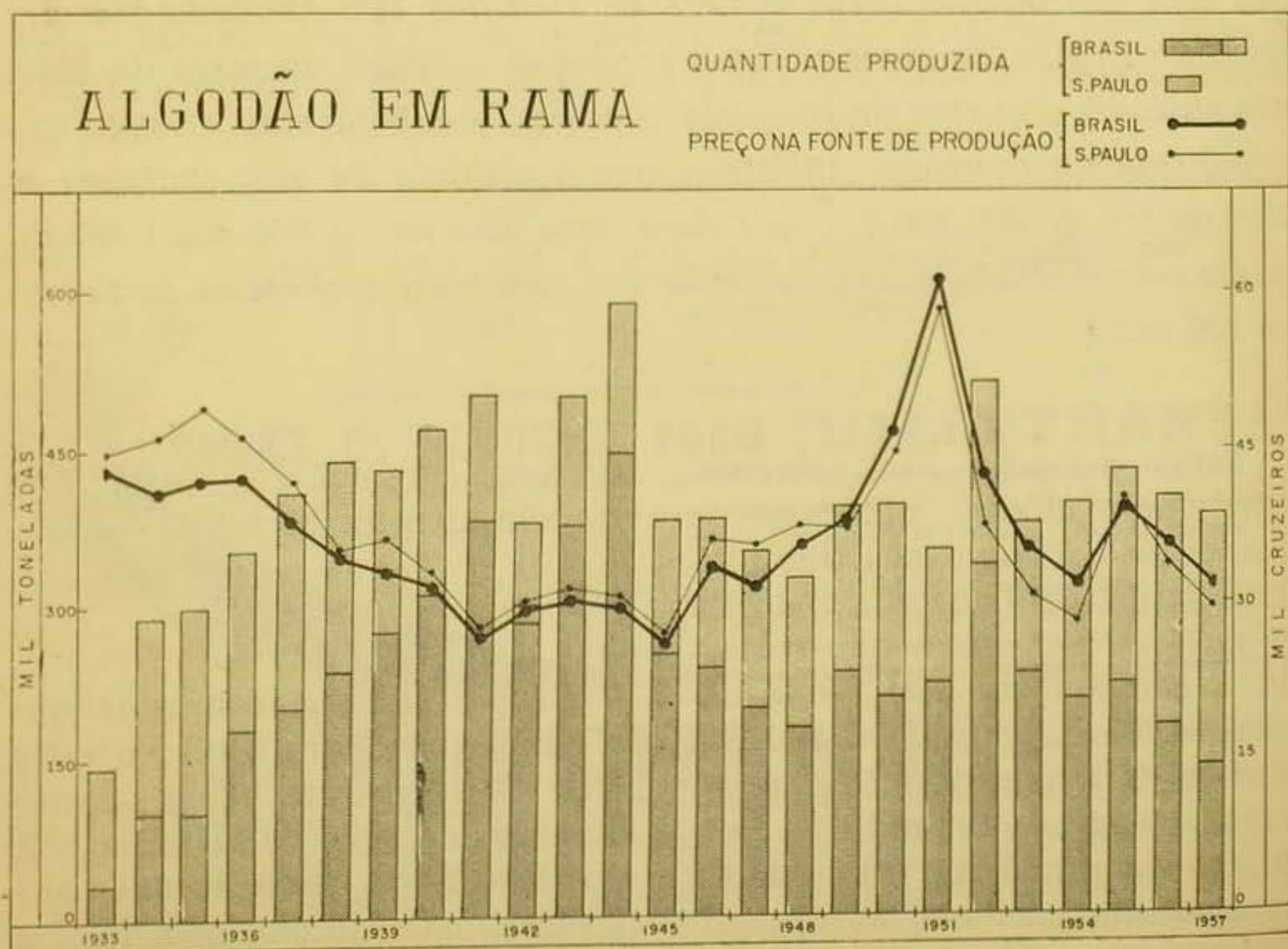
As perspectivas otimistas que se apresentam para a futura safra estão estreitamente ligadas à melhor remuneração do lavrador pelo seu trabalho. A elevação das bonificações, determinada pela Instru-

ção 157 da SUMOC, de junho último, permitindo ao algodão ser exportado a uma taxa de câmbio de 70 cruzeiros por dólar, contra 61,40 cruzeiros anteriormente, além da promessa de financiamento governamental em bases mais altas, revigorou o ânimo dos cotonicultores a expandirem a área de plantio na próxima safra.

Aliás, é nesse aspecto da remuneração dos lavradores que repousa a maior parte dos motivos da crise algodoeira dos últimos tempos, muito embora alguns analistas indiquem razões climáticas, presença de pragas, cansaço das terras, além de outras, que prejudicam o rendimento cultural, motivando o desinteresse dos lavrado-

res. Entretanto, conforme nos parece, afastadas as causas climáticas, onde a interferência corretiva do homem se torna mais difícil e de resultados mais ou menos remotos, as demais apontadas são tecnicamente corrigidas em curto prazo, necessitando apenas de recursos apropriados. Dessa forma, tais males são, portanto, efeitos e não causas, residindo estas na escassez dos citados recursos.

A análise dos preços recebidos pelos lavradores, em moeda constante, mostra que nos dias atuais os produtores estão sendo menos remunerados que anos atrás. Essa perda de substância na remuneração dos cotonicultores, assinalada nos últimos anos, constitui, sem



dúvida, a causa central do recesso da cotonicultura nacional, notadamente a da Região Meridional do país. Vista a questão algodoeira sob êsse prisma, vamos a seguir analisar a produção e o mercado nacionais de algodão, emprestando maior destaque à cotonicultura paulista.

EVOLUÇÃO DAS SAFRAS

Não obstante a cultura algodoeira no país se haver incrementado em 3 fases distintas da história moderna — a) durante a revolução industrial; b) por ocasião da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos; c) com a crise econômica mundial e, conseqüentemente, com o resultante “crack” do café nos primeiros anos da década de 1930 —, o nosso interesse irá circunscrever-se exclusivamente ao último período, pois foi nêle que o Brasil se tornou destacado produtor mundial.

A sensível redução nos níveis de renda da maioria dos países, determinada pela depressão econômica mundial nos primeiros anos da década de 1930, motivou forte diminuição na procura internacional do café, deslocando, assim, fatores de produção dessa para outras culturas. Isso deu lugar, a partir dos primeiros anos de 1930, à expansão da cultura algodoeira em São Paulo, onde antes era praticada em reduzidíssima escala. O Nordeste possuía então uma cultura de algodão mais desenvolvida,

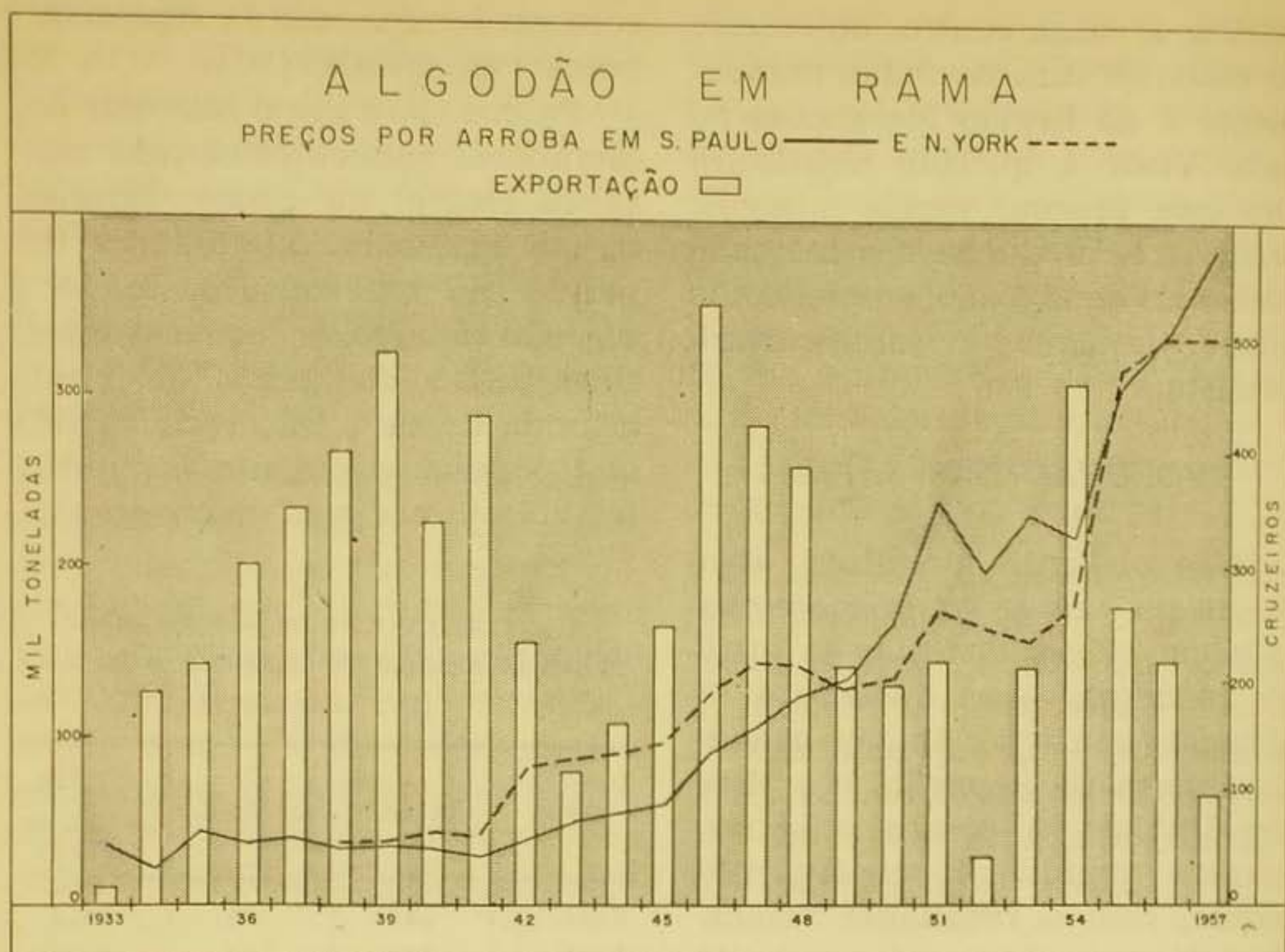
com predominância da espécie arbórea (ver QUADRO I).

Parece claro que o interesse dos lavradores bandeirantes pela malvacea estêve, na época, estreitamente ligado às dificuldades reinantes na cafeicultura, tendo o algodão aparecido como simples substitutivo da perda de renda oriunda do café. Não resta dúvida que o desenvolvimento da indústria têxtil nacional determinaria,

I - PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO EM RAMA
(Mil toneladas)

ANOS	BRASIL	SÃO PAULO	% DE SÃO PAULO SÔBRE O BRASIL
1933....	148	36	24,3
1934....	285	102	35,8
1935....	296	98	33,1
1936....	350	179	51,1
1937....	405	200	49,4
1938....	437	233	53,3
1939....	429	273	63,6
1940....	469	307	65,5
1941....	503	381	75,7
1942....	377	283	75,1
1943....	496	375	75,6
1944....	592	446	75,3
1945....	378	249	65,9
1946....	378	235	62,2
1947....	347	194	55,9
1948....	320	175	54,7
1949....	396	233	58,8
1950....	393	205	52,2
1951....	349	222	63,6
1952....	515	337	65,4
1953....	374	227	60,7
1954....	395	205	51,9
1955....	428	217	50,7
1956....	400	178	44,5
1957....	383	134	35,0

Fonte: S.E.P.



de qualquer forma, um avanço na cultura algodoeira naquele Estado, mas não nas proporções a que atingiu, tornando-se o segundo grande produto da nossa pauta de exportação. Tal aconteceu, graças à necessidade de compensar a diminuição da receita da cafeicultura auferida pelos agricultores. Por outro lado, o progresso da indústria têxtil mundial, que se anunciava com a cessação dos efeitos da crise econômica, abriu perspectivas novas para a cotonicultura nacional, notadamente tendo-se em vista a situação de superprodução do café, determinando permanente aviltamento dos preços da rubiácea no mercado internacional.

Esse complexo de condições econômicas impulsionou a produção de algodão no Estado de São Paulo a partir de meados da década de 1930, cujo sucesso percorreu o decênio de 1940, para na década presente iniciar um movimento reversivo. No último decênio, portanto, o interesse paulista pela cotonicultura passou a diminuir progressivamente. Basta lembrar que, da média de 362 mil t de pluma produzidas em São Paulo, no quinquênio 1940/44, passamos para 175 mil t nos últimos cinco anos (1954/58), o que representa menos da metade dos níveis alcançados na década anterior. Acredita-se que, caso não houvesse crescentes solicitações do mercado in-

terno, a diminuição das safras algodoeiras teria sido ainda maior. Inúmeros fatores determinaram essa situação, mas todos eles, praticamente, se resumem nas questões de preços, sejam os da concorrência internacional, sejam os do mercado interno.

RENDA DOS COTONICULTORES

Está comprovado que o Estado de São Paulo possui condições satisfatórias para o cultivo do algodão. Os conhecimentos oriundos das pesquisas promovidas pelos técnicos da Secretaria da Agricultura após 8 anos de trabalho contínuo, segundo afirma a Comissão Especial do Algodão, podem proporcionar, quando aplicados, colheitas abundantes. Mas, a nosso ver, o que está faltando aos lavradores são os recursos necessários para a aplicação daquelas técnicas ensinadas. A alegação de que o problema da economia algodoeira paulista é fundamentalmente educativo, isto é, dependente do preparo do agricultor no sentido de produzir maior quantidade de algodão de melhor qualidade por área e por preço de custo, não parece totalmente verdadeira. É certo que grande número de agricultores ainda não atentaram para tais vantagens. Mas, seria conveniente, antes de tais generalizações, analisar se os preços atualmente pagos aos lavradores lhes permitem o emprêgo de técnicas mais aprimoradas de cultivo; se o encarecimento dos custos atuais de produ-

ção, face à renda dos agricultores, ainda deixa margem para maiores gastos, com a cultura da malvácea; e se os preços obtidos nos mercados internacionais, convertidos à taxa de câmbio da categoria dos produtos exportáveis em que se enquadra o algodão, constituem estímulos à produção. Estas indagações, esclarecidas pelas estatísticas disponíveis, levam-nos à conclusão de que o maior entrave ao desenvolvimento da cotonicultura repousa na ausência de preços remunerativos.

Os QUADROS II e III oferecem as principais séries da evolução da cotonicultura no conjunto do país e no Estado de São Paulo. No QUADRO II nota-se que a produção brasileira de algodão se caracteriza nos últimos anos por certa diminuição da área cultivada e maior redução das quantidades colhidas, o que se traduz em sensível queda do rendimento médio das plantações. Quanto ao valor da produção, verifica-se que, em cruzeiros de 1957, nos últimos tempos os preços pagos aos produtores são menores que antes da Segunda Guerra Mundial e no quinquênio 1948/52. Essas mesmas características, com tendências mais acentuadas, aparecem nas séries relativas à cotonicultura paulista, refletindo ser a crise algodoeira nacional localizada no Estado bandeirante, principalmente.

Parece certo que residem nessa baixa real dos preços pagos aos lavradores os motivos da queda da produção. De fato, em 1933, o la-

II - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1000 ha)	RENDIMENTO MÉDIO		QUANTIDADE TOTAL (1 000 t)		VALOR DA PRODUÇÃO (Milhões de Cr\$)		PREÇO NA FONTE DE PRODUÇÃO (Cr\$/t)			
								Em moeda corrente		Em moeda de 1957	
		Kg/ha	Cr\$ / ha	Rama	Caroço	Rama	Caroço	Rama	Caroço	Rama	Caroço
1933...	889	570	636	148	353	438	127	2 959	360	42 271	5 142
1934...	1 589	600	660	285	664	814	235	2 856	354	40 800	5 057
1935...	1 765	560	692	296	694	978	243	3 304	350	41 300	4 375
1936...	1 968	600	740	350	820	1 179	277	3 369	338	42 112	4 225
1937...	2 181	604	779	405	945	1 379	319	3 405	338	37 833	3 755
1938...	2 350	619	787	437	1 019	1 504	346	3 442	340	34 420	3 400
1939...	2 273	629	776	429	1 000	1 421	342	3 312	342	33 120	3 420
1940...	2 412	648	728	469	1 094	1 475	282	3 145	258	31 450	2 580
1941...	2 493	673	711	503	1 174	1 487	286	2 956	244	26 873	2 218
1942...	1 931	651	927	377	880	1 434	356	3 804	405	29 261	3 115
1943...	2 424	682	1 203	496	1 158	2 414	501	4 867	433	30 419	2 706
1944...	2 808	639	1 277	592	1 167	3 147	439	5 313	376	29 517	2 089
1945...	2 722	421	851	378	746	2 040	276	5 390	370	25 667	1 762
1946...	2 478	462	1 403	378	744	3 168	309	8 386	415	33 544	1 660
1947...	2 470	425	1 480	347	683	3 255	403	9 387	590	31 290	1 967
1948...	2 308	420	1 698	320	629	3 484	434	10 903	689	35 171	2 223
1949...	2 497	480	2 112	396	780	4 774	500	12 057	641	37 678	2 003
1950...	2 689	443	2 575	393	774	6 273	652	15 963	842	46 950	2 476
1951...	2 487	400	3 551	349	620	8 101	731	23 225	1 179	61 118	3 103
1952...	3 035	496	3 391	515	942	9 234	1 059	17 915	1 125	41 663	2 616
1953...	2 587	429	2 929	374	695	6 347	1 230	16 928	1 769	34 547	3 610
1954...	2 487	469	3 994	395	742	8 462	1 471	21 411	1 983	36 290	3 361
1955...	2 617	490	5 224	428	813	12 034	1 636	28 087	2 012	39 010	2 794
1956...	2 663	448	5 411	400	762	12 318	2 091	30 826	2 744	35 432	3 154
1957...	2 405	488	5 813	383	753	11 921	2 059	31 125	2 734	31 125	2 734

III - PRODUÇÃO PAULISTA DE ALGODÃO

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1000 ha)	RENDIMENTO MÉDIO		QUANTIDADE TOTAL (1 000 t)		VALOR DA PRODUÇÃO (Milhões de Cr\$)		PREÇO NA FONTE DE PRODUÇÃO (Cr\$/t)			
		Kg/ha	Cr\$/ha	Rama	Caroço	Rama	Caroço	Em moeda corrente		Em moeda de 1957	
								Rama	Caroço	Rama	Caroço
1933...	177	680	819	36	85	113	32	3 139	376	44 843	5 371
1934...	393	870	074	102	239	327	95	3 206	397	45 800	5 671
1935...	606	540	784	98	229	383	92	3 908	402	48 850	5 025
1936...	982	610	821	179	417	660	146	3 687	350	46 088	4 375
1937...	984	690	930	200	473	750	165	3 750	370	41 667	4 111
1938...	1 186	643	...	233	530	815	...	3 498	...	34 980	...
1939...	1 026	783	...	273	530	994	...	3 641	...	36 410	...
1940...	1 217	745	...	307	600	1 006	...	3 277	...	32 770	...
1941...	1 261	906	...	381	762	1 135	...	2 979	...	27 082	...
1942...	1 346	700	1 031	283	660	1 091	297	3 900	500	30 000	3 846
1943...	1 667	750	1 358	375	875	1 860	403	5 000	500	31 250	3 125
1944...	1 794	752	1 536	446	878	2 406	351	5 400	400	30 000	2 222
1945...	1 658	454	948	249	489	1 375	196	5 533	400	26 348	1 905
1946...	1 360	524	1 692	235	463	2 117	185	9 000	400	36 000	1 600
1947...	1 241	474	1 829	194	383	2 040	230	10 500	600	35 000	2 000
1948...	1 001	529	2 252	175	344	2 027	227	11 600	660	37 419	2 129
1949...	1 163	606	2 637	233	458	2 792	275	12 000	600	37 500	1 875
1950...	1 256	496	2 701	205	405	3 081	312	15 000	600	44 118	1 765
1951...	1 039	589	5 145	222	371	4 935	411	22 200	1 110	58 421	2 921
1952...	1 460	660	4 137	337	590	5 392	649	16 000	1 100	37 209	2 558
1953...	1 024	638	3 996	227	396	3 389	703	14 952	1 776	30 514	3 624
1954...	862	678	5 517	205	361	4 105	651	20 000	1 800	27 778	2 500
1955...	871	721	8 090	217	387	6 221	825	28 616	2 133	39 744	2 963
1956...	790	658	7 805	178	322	5 233	933	29 387	2 896	33 709	3 328
1957...	474	876	9 892	134	258	3 943	746	29 425	2 891	29 425	2 891

Fonte: S.E.P. e Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

vrador brasileiro recebia por uma tonelada de pluma (em cruzeiros de 1957) cerca de Cr\$ 42 300,00. Durante vários anos subsequentes os níveis de preços reais foram favoráveis, declinando consideravelmente a partir de 1938, para atingir o ponto mais baixo em 1945 (Cr\$ 25 700,00). O triênio 1950/52 constituiu o período de preços mais altos para o produtor desde 1933, quando giraram em torno da média anual de Cr\$ 50 000,00 por tonelada. No que tange ao Estado de São Paulo, nota-se idêntico comportamento nos preços reais recebidos pelos cotonicultores, não obstante as flutuações se tornarem às vezes mais suaves. Os preços reais pagos aos produtores pelo caroço de algodão acompanharam a marcha percorrida pelo pluma. Convém salientar, entretanto, que as vantagens auferidas pelo algodão em rama no triênio 1950/52 não foram verificadas com relação ao caroço. Isso, talvez, tenha sido consequência do tabelamento de preços a que o produto tem estado sujeito.

Tendo em vista essa depreciação dos preços reais e, portanto, quebra na renda dos agricultores, e ainda a substancial elevação do custo de produção, parece compreensível que tal situação resultasse em desestímulo à cotonicultura. Como consequência decisiva da inflação, registrou-se o encarecimento progressivo da mão-de-obra e das utilidades essenciais à cultura.

Segundo uma pesquisa realiza-

da pela Comissão Especial do Algodão na safra de 1956/57, o custo de produção de uma arroba de algodão paulista era de 118,00 cruzeiros, enquanto na mesma safra o preço médio de venda da arroba foi de 187,10 cruzeiros. De acordo com esse cálculo do custo de produção, a renda bruta por alqueire plantado era de 41 070,60 cruzeiros, e as despesas com a produção de 24 696,00 cruzeiros, resultando, assim, uma renda líquida de 16 374,60 cruzeiros por alqueire.

Aquêle custo de produção da safra de 1956/57, estimado em 118,00 cruzeiros por arroba, quando confrontado com o cálculo que se fez para a safra de 1953/54, cujo resultado ideal era de 63,36 cruzeiros, mostra que a sua elevação no decorrer dessas cinco safras foi da ordem de 86%. Nesse mesmo período o custo da vida cresceu de 112%. Aparentemente, tais cifras indicam que parece ter havido larga vantagem entre os preços dos bens e serviços empregados no cultivo do algodão, relativamente ao encarecimento global das utilidades de consumo generalizado. Todavia, a interpretação mais razoável para o problema deve ser a de que, não permitindo os preços obtidos pelo produto no mercado custos mais elevados, os lavradores passaram a gastar proporcionalmente menos com o cultivo. Tal fato parece verdadeiro quando se examina a distribuição percentual das diversas despesas que compõem o custo da produção (ver QUADRO IV).

IV - SÃO PAULO - CUSTO MÉDIO DAS
OPERAÇÕES POR ALQUEIRE

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	SAFRA 1956/57		SAFRA 1951/ 1952 %
	Gastos em cruzeiros	%	
Arrendamento....	3 196,20	11,5	7,1
Preparo do solo..	2 366,70	8,5	6,7
Adubação.....	4 995,00	17,9	11,8
Plantio.....	814,20	2,9	3,2
Desbaste.....	417,10	1,5	1,1
Cultivo.....	2 181,70	7,8	9,8
Capação.....	310,70	1,1	0,3
Tratamento.....	4 179,50	15,0	25,0
Colheita.....	6 298,50	22,6	22,7
Transporte.....	1 086,70	3,9	2,6
Arrancamento de soqueira.....	584,60	2,1	8,2
Eventuais.....	1 460,90	5,2	1,5
T O T A L	27 891,80	100,0	100,0

Fonte: Comissão Especial do Algodão.

O algodão, como é sabido, exige grande quantidade de mão-de-obra na época da colheita, em virtude de os processos mecânicos ainda não serem muito generalizados e da premência com que a fibra deve ser colhida após a abertura da maçã. Daí resultar forte participação das despesas com a mão-de-obra na formação global do custo de produção. Os itens relativos à colheita, ao tratamento das plantações e à adubação, os mais importantes na constituição do custo, absorveram na safra de 1956/57 cerca de 55,5% do total, enquanto na de 1951/52 carregavam 59,5%. O item referente ao tratamento prende-se quase exclusivamente ao combate às pragas, o que é feito na quase totalidade

com inseticidas e fungicidas importados; em 1956/57 absorveu ele somente 15% do custo total contra 25% na safra de 1951/52. Esse é, pois, um dos principais motivos que têm determinado a quebra do rendimento e da qualidade da fibra registrada nas últimas colheitas. Por outro lado, o arrendamento, que participava com apenas 7,1% (1951/52), naquela safra de 1956/57 teve sua quota aumentada para 11,5%. Essas considerações e as cifras do QUADRO IV evidenciam que, tendo havido maior encarecimento daqueles itens de que mais depende o aprimoramento da cultura algodoeira, e não havendo os preços do produto permitido aos lavradores acompanhar esse encarecimento, foram exatamente tais itens os que sofreram maior compressão dos gastos, com reflexos prejudiciais sobre as colheitas.

PERSPECTIVAS

A crise algodoeira dos últimos anos, cujos reflexos mais sérios têm-se localizado no Estado de São Paulo, necessita ser debelada quanto antes. A melhoria esperada na próxima safra pode significar o início do término de tais dificuldades nesse importante setor da nossa produção agrícola. É necessário que os lavradores encontrem estímulos concretos e estes têm de começar com medidas que propiciem a elevação de sua renda real, a fim de poderem aplicar com eficiência as técnicas mais aprimoradas de cultivo que se conhecem.

A redução do espaçamento nos algodoads, a melhor observação das épocas de plantio, o aprimoramento dos tratos culturais (preparo e conservação do solo), além do uso mais generalizado e tècnicamente adequado de adubos, fertilizantes e inseticidas, quando se tornam economicamente viáveis, poderão impulsionar consideravelmente os níveis de produção. A perda relativa de substância da renda dos agricultores, aliada à ausência de financiamento técnico, vem determinando notável relutância no uso de inseticidas e fertilizantes, em contínuo processo de encarecimento. Essa situação tem sido prejudicial à produção, notadamente no que tange à insuficiência observada no combate às pragas. Diante de tais desestímulos, em particular quando o café era protegido invulgarmente, não constitui fato estranhável a queda vertical no volume das últimas safras, com reflexos gravíssimos sobre as exportações do produto e, conseqüentemente, sobre a receita cambial do país e a sua posição competitiva nos mercados mundiais.

A formulação de uma nova política, como a que no momento se encontra em pauta nos meios governamentais, visando à expansão de nossas exportações, deve ter em vista, em primeiro plano, as possibilidades que o algodão oferece. Já exportamos quantidades apreciáveis de algodão e seus subprodutos, constituindo esta uma experiência que precisa ser revivida. A Região meridional do país, especialmente o Estado bandeirante, possui ótimas condições para o desenvolvimento da cultura algodoeira, necessitando-se fazer apenas com que aqueles estímulos reclamados pelos lavradores e que já foram usufruídos em outras épocas voltem a produzir os seus efeitos. A expansão das exportações brasileiras depende consideravelmente, pelo menos a prazo médio, do aumento das safras de algodão. Espera-se, pois, que as perspectivas de crescimento da produção no próximo ano se concretizem e que as condições propiciadoras de melhores resultados na cotonicultura sejam ampliadas e se tornem estáveis.